

Um triângulo por construir

Impulsionar a Aliança Estratégica entre a Europa, a África e a América Latina em uma ordem mundial emergente



IPDAL 20 anos

UMA PONTE ENTRE
CONTINENTES



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Coordenação:

IPDAL

Gastón Ocampo, Secretario General

Miguel Inácio, Research Fellow

Afonso Vilan, Research Advisor

SEGIB

Cristina Manzano, Directora Relaciones Externas

Paola González, Relaciones Externas

Edição:

Sebastián Daza Botero

Design:

Capricornia Colectivo Gráfico

Publicado com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)

Um triângulo por construir

Impulsionar a Aliança Estratégica entre a Europa, a África e a América Latina em uma ordem mundial emergente

Instituto para a Promoção da
América Latina e o Caribe (IPDAL)

Secretaria-Geral
Ibero-americana (SEGIB)

Lisboa – Madri, 2026

Conteúdo

Um triângulo por construir	06
Sumario executivo	08
Inventário de siglas e acrônimos	13
Introdução	14
Parte I – Diagnóstico: lacunas e oportunidades	16
Parte II – Por que importa a articulação Europa–África–América Latina	20
Complementaridade estrutural: recursos, demografia e inovação	21
Comércio, investimento e cadeias de valor inter-regionais	22
Potencial geopolítico: multilateralismo, democracia e governança global	24
Internacionalização empresarial e multilatinas	25
Diversidade cultural como motor estratégico	26
Oportunidades no contexto geopolítico atual	28
Parte III – Potencializar as capacidades: os atores	30
O papel dos governos	31
O papel das organizações internacionais	32
O papel das organizações empresariais	33
O papel da sociedade civil: universidades, <i>think tanks</i> e ONGs	35
As universidades e o conhecimento aplicado	36
Os <i>think tanks</i> e a análise estratégica	37
As ONGs: implementação territorial e articulação multiator	37
Parte IV – A mudança climática e a transição energética como exemplo de cooperação estratégica trilateral	40
A mudança climática como desafio estrutural compartilhado	41
A transição energética como oportunidade de reconfiguração	42
Parte V – Um impulso para a ação	46
Tabela 1: propostas e atores-chave	47
Conclusão	48
Notas e referências	49

Um triângulo por construir

Em 2025, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) comemorou seu vigésimo aniversário, destacando duas décadas de compromisso com a Comunidade Ibero-Americana. Nesse contexto, o ano de 2026 adquire especial relevância ao coincidir com a celebração da XXX Cúpula Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, o vigésimo aniversário do Instituto para a Promoção da América Latina e do Caribe (IPDAL) e a XV edição do Encontro Triângulo Estratégico: América Latina e Caribe – Europa – África (ETE). Esse conjunto de acontecimentos configura um marco simbólico que permite reconhecer o legado acumulado e a consolidação de um patrimônio singular de diálogo e cooperação inter-regional.

O Encontro Triângulo Estratégico, organizado pelo IPDAL com o apoio e a participação ativa da SEGIB, reuniu tomadores de decisão política, representantes de organizações internacionais, setor privado, academia e sociedade civil, promovendo uma reflexão estruturada sobre as oportunidades e os desafios dessa cooperação inter-regional. Essa colaboração contínua entre o IPDAL e a SEGIB tem sido fundamental para consolidar esse espaço como um fórum privilegiado de diálogo estratégico e de construção de agendas comuns. Partindo da ampla gama de capacidades e ferramentas que já existem nas relações birregionais e triangulares, este trabalho busca torná-las mais visíveis e interconectadas.



Ao longo de suas diferentes edições, o ETE acompanhou a evolução do contexto internacional, passando de um foco inicial na identificação de oportunidades econômicas e institucionais para uma abordagem cada vez mais ampla, centrada em temas como governança global, transição energética, digitalização, segurança e o futuro do multilateralismo.

Este relatório foi construído fundamentalmente a partir dos **principais eixos de reflexão e contribuições** gerados ao longo das últimas 14 edições do **Encontro Triângulo Estratégico**, uma iniciativa que, durante mais de uma década, consolidou-se como uma **plataforma de referência para o diálogo entre Europa, América Latina e África**, incorporando também outros elementos de análise que complementam e reforçam a relevância das reflexões desenvolvidas. O presente documento busca, portanto, não apenas dar testemunho desse percurso, mas também **identificar padrões, prioridades e eixos estruturantes** que possam orientar o futuro da relação triangular. Nesse sentido, pretende afirmar-se como um **instrumento de trabalho e reflexão**, capaz de inspirar novas formas de cooperação entre as três regiões, com base em princípios de **horizontalidade, complementaridade e benefício mútuo**.

Em um momento de reconfiguração do sistema internacional, no qual África, América Latina e Europa assumem um papel crescente na definição das dinâmicas globais, reforça-se a importância de consolidar plataformas de diálogo e mecanismos de cooperação que permitam transformar o potencial em ação concreta, evidenciando assim a relevância estratégica do Encontro Triângulo Estratégico.

É nesse cenário que este relatório se apresenta como um **documento orientador para o fortalecimento da cooperação triangular**, contribuindo para o fortalecimento de alianças estratégicas e para a construção de uma agenda comum que responda aos desafios e oportunidades do nosso tempo, e que permita articular posições comuns em defesa do multilateralismo e do desenvolvimento sustentável.

ANDRÉS ALLAMAND

Secretário-Geral Ibero-Americano

PAULO NEVES

Presidente do IPDAL – Instituto para a Promoção da América Latina e do Caribe

Resumo executivo

Europa, África e América Latina configuram hoje um espaço estratégico de alcance global, articulado por interesses convergentes, complementaridades estruturais e desafios compartilhados em um cenário internacional marcado pela fragmentação econômica, reconfiguração geopolítica e competição por influência. Em conjunto, os três continentes reúnem cerca de 2,5 bilhões de pessoas e 133 países, o que confere ao espaço atlântico um peso econômico, demográfico e político de primeira ordem. Fortalecer esses vínculos responde não apenas a afinidades históricas e geográficas, mas à necessidade de construir interdependências reais, diversificar capacidades produtivas e avançar em direção a cadeias de valor mais resilientes, sustentáveis e com maior valor agregado.

Nesse contexto de reconfiguração geopolítica, fragmentação econômica e transformação das cadeias de valor, a articulação do Triângulo Europa, África e América Latina oferece uma oportunidade estratégica para construir interdependências reais baseadas na complementaridade: África como eixo demográfico e energético emergente, América Latina como plataforma de capacidades produtivas e ativos ambientais globais, e Europa como provedora de tecnologia, financiamento e liderança normativa. A integração dessas fortalezas permitiria avançar em direção a modelos de desenvolvimento mais resilientes, sustentáveis e com maior valor agregado.

Esse potencial não se limita à dimensão econômica. O Triângulo pode consolidar-se como um espaço de cooperação política, climática e cultural com identidade própria, capaz de promover um multilateralismo mais equilibrado, regras compartilhadas e soluções coletivas para desafios globais como a mudança climática e a transição energética. Transformar esse potencial estrutural em impacto real requer passar de uma lógica de relações fragmentadas para uma visão estratégica compartilhada e orientada para a ação.

Parte I – Diagnóstico: lacunas e oportunidades

O principal obstáculo para consolidar o Triângulo Europa–África–América Latina é a **falta de um diálogo político estruturado entre as três regiões**. Embora existam marcos de relação entre a UE e a África, e entre a UE e a América Latina e o Caribe, a ausência de uma articulação trilateral limita a construção de uma visão estratégica compartilhada e reduz a capacidade de coordenação política e econômica.

Essa fragmentação contrasta com **o potencial dos intercâmbios econômicos entre África, América Latina e Europa**, baseado em uma clara complementaridade estrutural: recursos estratégicos e capacidades produtivas na África e na América Latina, e tecnologia, investimento e acesso a mercados na Europa. No entanto, esse potencial segue subexplorado, como reflete o baixo nível de comércio Sul–Sul entre África e América Latina.

A isso soma-se o **desconhecimento mútuo**, que limita a geração de confiança e dificulta a transformação de oportunidades em projetos concretos. A escassez de redes empresariais, acadêmicas e de intercâmbio reforça essa lacuna e dificulta uma integração mais profunda.

Paralelamente, **o novo contexto geopolítico** abre uma janela de oportunidade. A reconfiguração das cadeias de valor, a transição energética e a competição global reforçam a relevância estratégica de ambas as regiões. Nesse cenário, o Triângulo só alcançará relevância se conseguir articular uma cooperação mais equilibrada, orientada para projetos concretos e benefícios compartilhados.

Parte II – Por que importa a articulação Europa–África–América Latina

A relevância de uma aliança triangular sustenta-se em profundas complementaridades em recursos, demografia, inovação e meio ambiente.

Em comércio e investimento, o desafio é avançar em direção a cadeias de valor inter-regionais mais complexas. Setores como o hidrogênio verde, as energias renováveis, a agroindústria sustentável, a bioeconomia e a digitalização perfilam-se como vetores estratégicos. A crescente internacionalização das multilaterais na África e o interesse incipiente de empresas africanas na América Latina antecipam uma maior densificação dos fluxos Sul–Sul, que pode ser catalisada por meio da cooperação triangular em financiamento, transferência tecnológica e redução de riscos.

Sob uma perspectiva geopolítica, o Triângulo tem potencial para atuar como bloco de equilíbrio em uma ordem internacional multipolar. As três regiões compartilham agendas em mudança climática, desenvolvimento sustentável, democracia e governança digital. A promoção do multilateralismo inclusivo e do Estado de direito constitui uma condição habilitadora para uma cooperação legítima e duradoura. Da mesma forma, a diversidade cultural e linguística — com o espanhol e o português como línguas transcontinentais — representa um ativo estratégico para consolidar uma base social e simbólica comum.

Parte III – Potencializar as capacidades: os atores

A consolidação do Triângulo requer uma lógica multiator que articule de forma coerente as capacidades diferenciadas de governos, organizações internacionais, bancos de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil. Os governos nacionais são o principal vetor político, responsáveis por definir prioridades, mobilizar recursos e criar marcos normativos. Nesse contexto, países como Espanha e Portugal desempenham um papel-chave como pontes atlânticas, enquanto atores africanos e latino-americanos com projeção regional fortalecem a dimensão Sul-Sul.

As organizações internacionais — UE, UA, SEGIB, CPLP e OEACP — são chamadas a desempenhar um papel central como espaços de convergência e alinhamento estratégico. Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BEI, CAF, BID e BAfD) constituem a ponte indispensável entre a visão estratégica e a implementação, ao aportar financiamento, assistência técnica, mitigação de riscos e instrumentos inovadores como as trocas de dívida por natureza ou os bônus verdes.

O setor empresarial aporta a dimensão operacional e de escalabilidade econômica. A articulação de plataformas como o African Business Council, o Conselho Empresarial Ibero-Americano e a BusinessEurope pode gerar um espaço de diálogo empresarial inter-regional orientado para projetos concretos. A sociedade civil — universidades, *think tanks* e ONGs — acrescenta legitimidade, conhecimento aplicado e capacidade de implementação territorial, contribuindo para reduzir a lacuna entre estratégia e impacto real.

Parte IV – A mudança climática e a transição energética como exemplo de cooperação estratégica trilateral

A mudança climática e a transição energética representam o campo mais claro e urgente para a ação conjunta do Triângulo. As três regiões enfrentam impactos severos e diferenciados, porém interconectados, o que cria uma base objetiva para a ação coletiva. África e América Latina abrigam os dois principais sumidouros de carbono do planeta — a Amazônia e a Bacia do Congo —, cuja proteção requer corresponsabilidade e financiamento inovador em escala global.

A transição energética oferece, além disso, uma oportunidade de reconfiguração econômica. O desenvolvimento do hidrogênio verde, a expansão da energia solar e eólica e a gestão estratégica de minerais críticos colocam a África e a América Latina no centro da nova geopolítica energética. Uma cooperação triangular bem desenhada pode promover a industrialização local, gerar empregos e estabelecer padrões sociais e ambientais exigentes, com o apoio tecnológico e financeiro da Europa.

Parte V – Um impulso para a ação

A reconfiguração da ordem internacional exige avançar do diagnóstico para a implementação. O principal desafio do Triângulo não é a ausência de capacidades, mas sua fragmentação e a falta de coordenação. O valor agregado da cooperação triangular reside em ativar capacidades existentes, conectar atores complementares e ampliar iniciativas concretas que hoje operam de forma dispersa.

O Triângulo pode evoluir para uma plataforma de ação multiator na qual os governos aportem direção estratégica; os bancos de desenvolvimento, financiamento e gestão de riscos; o setor privado, investimento e escalabilidade; a sociedade civil, legitimidade e implementação territorial; e as organizações internacionais, articulação e coerência. Somente uma coordenação efetiva dessas contribuições permitirá transformar o diálogo estratégico em projetos com impacto real, benefícios compartilhados e uma cooperação intercontinental duradoura.

ÁREA DE AÇÃO

Identificação de áreas prioritárias de cooperação
Fortalecimento através do financiamento ao desenvolvimento
Cooperação climática e transição energética
Reforço do conhecimento mútuo
Redes entre atores estratégicos
Cooperação Sul-Sul horizontal e democracia
Consolidação do Triângulo como plataforma de diálogo

A Cooperação Triangular (CT) combina as lógicas Norte-Sul e Sul-Sul, permitindo o intercâmbio horizontal de conhecimento, a complementaridade entre atores com diferentes capacidades e a horizontalidade na tomada de decisões. É, além disso, a abordagem mais alinhada com a Agenda 2030.

A CT rompe o modelo clássico doador-receptor e permite a cocriação de soluções adaptadas ao contexto de cada região. Existe uma série de desafios globais que não podem ser respondidos por cada região de forma isolada: a mudança climática, a TE, a mobilidade das pessoas e a desigualdade, entre outros.

INVENTÁRIO DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

SIGLA	DENOMINAÇÃO COMPLETA
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AL	América Latina
ALC	América Latina e o Caribe
APC	Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia
AGCID	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e o Caribe
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
CIDE	Centro de Investigação e Docência Econômicas (México)
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSS	Cooperação Sul-Sul
CT	Cooperação Triangular
CSS-T	Cooperação Sul-Sul e Triangular
ECFR	European Council on Foreign Relations
ETE	Encontro Triângulo Estratégico
G20	Grupo dos Vinte (foro das principais economias do mundo)

SIGLA	DENOMINAÇÃO COMPLETA
GDPR	General Data Protection Regulation (Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE)
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Alemanha)
IPDAL	Instituto para a Promoção da América Latina e o Caribe
ISS	Institute for Security Studies (África do Sul)
MTN	Mobile Telephone Networks (empresa africana de telecomunicações)
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEACP	Organização de Estados de África, o Caribe e o Pacífico
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interior Bruto
pymes	Pequenas e médias empresas
RDC	República Democrática do Congo
SAIIA	South African Institute of International Affairs
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-americana
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
USP	Universidade de São Paulo
TE	Transição Energética

Introdução

Mais do que vínculos geográficos e históricos, Europa, África e América Latina projetam-se hoje como um espaço estratégico articulado por interesses convergentes, complementaridades estruturais e desafios globais compartilhados. Em um contexto internacional marcado pela reconfiguração dos equilíbrios de poder e pela crescente fragmentação econômica, a capacidade de forjar alianças amplas, equilibradas e funcionais torna-se um ativo central. Nesse marco, o fortalecimento das relações entre esses três continentes responde à necessidade de construir interdependências reais, diversificar capacidades produtivas e avançar em direção a cadeias de valor mais resilientes e sustentáveis. A magnitude desse potencial estratégico reflete-se em dados concretos: em conjunto, Europa, África e América Latina e Caribe reúnem cerca de 2,5 bilhões de pessoas e 133 países, o que confere ao espaço atlântico um peso econômico, político e demográfico de alcance global.

A África emerge neste momento como um novo eixo inter-regional de primeira ordem. Seu peso demográfico, sua riqueza em recursos para a transição energética (TE) e seu crescente protagonismo nos fóruns multilaterais a convertem em um ator indispensável para qualquer arquitetura de cooperação global. Diferentemente de décadas anteriores, nas quais o continente africano era percebido principalmente como receptor de ajuda, hoje posiciona-se como um polo ativo de iniciativas, propostas e alianças. Essa transformação exige que Europa e América Latina adaptem suas abordagens e abandonem os esquemas assistencialistas em favor de relações de associação horizontais.

Nesse marco, países como Portugal e Espanha desempenham um papel fundamental como pontes entre os três continentes, facilitando a articulação de agendas políticas, econômicas e de cooperação. A União Europeia (UE) situou a África como um objetivo estratégico de sua política externa e reativou sua relação com a América Latina e o Caribe, especialmente após a Cúpula UE-CELAC de 2023 e a Cúpula UE-União Africana (UA) de Angola, em novembro de 2025. No entanto, o elo mais fraco continua sendo a cooperação entre África e AL, que carece de mecanismos equivalentes e da institucionalidade necessária para transformar-se em cooperação regional.

Experiências como o Encontro Triângulo Estratégico (ETE), organizado pelo IPDAL, que em 2025 realizou sua XIV edição, e do qual participa a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), constituíram-se como referências ao gerar espaços para conectar agendas e atores. Este documento reúne e analisa as capacidades já existentes nessa relação e propõe uma leitura estratégica orientada para fortalecer alianças mais horizontais, sustentáveis e com impacto real nos três continentes.

A estrutura do documento segue uma lógica progressiva: inicia com o diagnóstico das lacunas e oportunidades existentes, avança para os argumentos que justificam a articulação triangular, analisando os atores com capacidade de impulso, apresenta os marcos institucionais de referência e conclui com propostas concretas de ação orientadas para reduzir a distância entre o diálogo estratégico e sua implementação efetiva.

Parte I

Diagnóstico: lacunas e oportunidades

No atual contexto internacional, marcado pela crescente relevância das alianças inter-regionais, chama a atenção **a falta de diálogo político estruturado entre as três regiões**. Apesar da existência de mecanismos consolidados de diálogo entre a União Europeia e a América Latina, assim como entre a União Europeia e a África, persiste a ausência de um espaço que articule simultaneamente os três continentes. Essa fragmentação limita a capacidade de construir uma visão estratégica compartilhada e reduz o potencial de coordenação política, econômica e de desenvolvimento, justamente em um momento em que a escala, a complementaridade e a coerência das alianças tornam-se cada vez mais determinantes.

O diálogo entre a UE e a AL foi canalizado principalmente por meio das Cúpulas UE-CELAC. Após uma interrupção de oito anos desde a cúpula de Bruxelas, em 2015, esse mecanismo foi reativado em 2023 sob a presidência espanhola do Conselho da UE, estabelecendo uma agenda de encontros bienais. No entanto, a baixa participação de líderes europeus na cúpula de Santa Marta, em novembro de 2025, introduz incertezas sobre a sustentabilidade política desse espaço e evidencia tensões no compromisso europeu com a região.

A relação entre Europa e África articula-se por meio das Cúpulas UE-UA, concebidas com periodicidade trienal, embora na prática tenham apresentado irregularidades. A cúpula realizada em Angola, em novembro de 2025, marcou um ponto alto de participação e resultados, com uma agenda centrada na reforma da governança global, na promoção do comércio aberto, na gestão da migração e na inovação em mecanismos de alívio da dívida orientados para o desenvolvimento. No marco dessa relação, o acordo com a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OEACP) renovou sua vigência sob uma visão compartilhada rumo a 2030, que busca impulsionar uma relação de parceiros iguais, superar o modelo doador-receptor, contrabalançar a influência de terceiros atores e apoiar o desenvolvimento local das PMEs africanas por meio da digitalização.

A ausência de um mecanismo equivalente entre África e AL evidencia uma debilidade estrutural no diálogo político Sul-Sul. A falta de uma instância estável entre chefes e chefes de Estado de ambas as regiões limitou a construção de uma agenda conjunta e reduziu as possibilidades de articulação em temas-chave como cooperação política, integração econômica e posicionamento internacional. Essa lacuna não apenas reflete um vazio institucional, mas também uma oportunidade estratégica para avançar em direção a uma governança mais integrada do espaço triangular.

Por outro lado, **o potencial dos intercâmbios econômicos entre África, América Latina e Europa** sustenta-se na complementaridade estrutural de suas economias. Enquanto África e AL concentram recursos estratégicos-chave tanto na África quanto na América Latina, a Europa aporta capacidades tecnológicas, investimento e acesso a mercados de alto valor. Essa complementaridade, no entanto, desenvolve-se sobre bases assimétricas: os intercâmbios entre África e ALC representam menos de 2% do comércio total de ambas as regiões, o que evidencia tanto limitações estruturais quanto oportunidades concretas de melhoria.

Corredores logísticos no Atlântico Sul, alianças em hidrogênio verde entre América Latina e África com apoio de governos europeus, ou cadeias agroindustriais sustentáveis entre África Ocidental e a UE ilustram o potencial de uma integração mais profunda. Uma articulação triangular permitiria ampliar esses casos em direção a cadeias de valor euro-afro-latino-americanas, especialmente em energias renováveis, transformação digital e segurança alimentar.

Além das barreiras estruturais, um dos principais obstáculos para a integração entre África e AL é o limitado conhecimento recíproco, ou **desconhecimento mútuo**. Diferentemente dos vínculos com a Europa, as relações entre ambas as regiões do Atlântico Sul carecem de redes consolidadas que facilitem o intercâmbio. Esse déficit reflete-se na baixa presença de empresas latino-americanas na África subsaariana, na limitada cooperação universitária entre ambos os blocos e na escassa cobertura midiática cruzada.



O IPDAL e sua colaboração à relação triangular

O Instituto para a Promoção da América Latina e do Caribe (IPDAL) é um think and action tank português que reúne pessoas em conversas significativas, superando fronteiras geográficas e políticas. Seu alcance vai além da América Latina e do Caribe para abranger Europa, África e Ásia, refletindo um compromisso com a criação de vínculos de alcance verdadeiramente global.

O IPDAL organiza anualmente o Encontro Triângulo Estratégico: América Latina e Caribe – Europa – África, em Lisboa, que reúne líderes políticos, acadêmicos, organismos internacionais e representantes do setor privado dos três continentes para debater governança, integração econômica e cooperação birregional. Com sua XV edição prevista para 2026, o Encontro consolidou-se como um fórum de referência para o diálogo estratégico inter-regional, com uma capacidade crescente de influência nas agendas institucionais das três regiões.



Mesmo em setores com alto potencial, como a agricultura tropical ou a economia digital, as oportunidades não se traduzem em projetos concretos por falta de informação e confiança mútua. Superar esse desconhecimento implica ativar mecanismos práticos: programas de mobilidade acadêmica Sul-Sul, plataformas empresariais binacionais e redes de inovação conjunta que permitam transformar percepções em alianças reais e operativas.

O cenário internacional atual abre uma janela de oportunidade para redefinir as relações entre África, AL e Europa. A reconfiguração das cadeias de valor, a TE e a competição global reposicionaram essas regiões como atores-chave, não apenas por seus recursos, mas por sua capacidade de incidência política em espaços multilaterais.

A crescente presença de atores como China, Índia, Turquia ou os países do Golfo na África e na AL mostra que a competição por influência é cada vez mais intensa. **Nesse novo contexto geopolítico**, o Triângulo só será relevante se consolidar uma cooperação mais equilibrada, baseada em projetos concretos e benefícios compartilhados, sem reproduzir as assimetrias que historicamente caracterizaram as relações Norte-Sul. A conjuntura não garante a integração, mas oferece condições para ampliar iniciativas em uma agenda estratégica comum.



Parte II

Por que importa a articulação Europa–África– América Latina

A justificativa de uma aliança estratégica entre Europa, África e América Latina responde mais a uma profunda confluência de complementaridades estruturais, interesses econômicos convergentes, valores políticos e culturais compartilhados e potenciais ainda insuficientemente aproveitados. Esta seção examina cada uma dessas dimensões com o objetivo de oferecer uma base argumentativa sólida para avançar do diagnóstico à ação.

COMPLEMENTARIDADE ESTRUTURAL: RECURSOS, DEMOGRAFIA E INOVAÇÃO

A articulação entre Europa, África e América Latina sustenta-se em uma complementaridade que transcende os recursos naturais e projeta-se em direção a dimensões estratégicas como a transição energética, a inovação tecnológica e a sustentabilidade ambiental. Compreender essa complementaridade é fundamental para desenhar esquemas de cooperação que gerem valor compartilhado e não reproduzam lógicas extrativistas.

Em matéria de recursos, a geografia oferece uma distribuição que cria interdependências naturais. Os governos da AL e da África possuem insumos essenciais para as cadeias globais de baterias, veículos elétricos e energias renováveis que a Europa apoia para cumprir seus objetivos de descarbonização. AL e África são atores com capacidade de processar, transformar e agregar valor, desde que contem com marcos de cooperação que incentivem a industrialização local e a inovação tecnológica.

A dimensão demográfica acrescenta outra camada de complementaridade de longo prazo. A África abriga a população mais jovem do planeta, com projeções que preveem que o continente representará 25% da população mundial até 2050. A AL, por sua vez, conta com uma classe média em expansão e uma força de trabalho com crescente nível educacional. E a população europeia com altos padrões de qualificação sugere que uma dinâmica de integração poderia criar sinergias potenciais em formação de capital humano, cooperação universitária e transferência de conhecimentos técnicos e científicos.

No plano tecnológico, emergem novos nós de inovação que ainda estão longe de estar plenamente integrados. No que diz respeito aos ecossistemas de empreendedorismo digital, as três regiões compartilham desafios semelhantes em inclusão financeira, digitalização de serviços públicos, agrotech e govtech. A Europa, por meio de seus programas de pesquisa e inovação, como o Horizonte Europa, pode atuar como plataforma de conexão entre esses hubs, facilitando o intercâmbio de metodologias, a codificação de experiências e o cofinanciamento de soluções escaláveis.

A proteção de ecossistemas estratégicos representa uma dimensão adicional da complementaridade ambiental. A Amazônia e a Bacia do Congo são os dois principais sumidouros de carbono do planeta, e sua preservação é um bem público global de grande valor. A CT oferece oportunidades concretas para financiar sua conservação por meio de instrumentos inovadores

como as trocas de dívida por natureza, os bônus de biodiversidade ou os fundos climáticos multilaterais geridos sob uma lógica de corresponsabilidade entre os três continentes.

COMÉRCIO, INVESTIMENTO E CADEIAS DE VALOR INTER-REGIONAIS

As relações comerciais entre Europa, África e América Latina mantêm uma estrutura que, apesar de suas assimetrias históricas, mostra sinais inequívocos de transformação em direção a padrões mais complexos e com maior valor agregado. Compreender essa evolução e seus vetores emergentes é fundamental para identificar onde o Triângulo pode gerar maior impacto.

Nos fluxos tradicionais, a Europa ocupa o papel de principal parceiro comercial tanto da África quanto da AL, embora sua participação relativa tenha diminuído diante do avanço da China e de outros atores emergentes. Essa contração não implica uma perda de relevância, mas sim a necessidade de um reposicionamento: passar de uma relação centrada no intercâmbio de matérias-primas por manufaturas para uma associação em setores de alto valor agregado, nos quais tecnologia, inovação, conhecimento e padrões de sustentabilidade sejam os principais ativos.

No setor das energias renováveis, a exportação de hidrogênio verde e seus derivados, como a amônia verde ou o metanol renovável, perfila-se como um dos vetores de intercâmbio mais promissores das próximas décadas. Países como Chile, Marrocos, Namíbia e África do Sul têm vantagens competitivas comparativas na produção de energias renováveis de baixo custo, enquanto a Europa representa o mercado natural de destino para essa oferta. As negociações em curso entre a UE e vários desses países para estabelecer corredores de hidrogênio verde apontam para uma nova arquitetura comercial que poderia reconfigurar significativamente os fluxos de intercâmbio energético.

No âmbito agroindustrial, a cooperação em bioeconomia, rastreabilidade alimentar e certificação de sustentabilidade permite avançar em direção a cadeias com maior valor agregado que beneficiem produtores locais das três regiões. O desenvolvimento de padrões comuns e o acesso preferencial aos mercados europeus podem ser alavancas-chave para dinamizar esses intercâmbios, especialmente em setores como cacau, café, produtos tropicais e proteínas vegetais, nos quais África e AL têm vantagens produtivas significativas.

A dimensão digital abre uma nova fronteira para os intercâmbios inter-regionais. A expansão da infraestrutura tecnológica, como cabos submarinos de fibra óptica que conectam África e ALC, ou plataformas digitais de comércio e pagamentos transfronteiriços, está reduzindo as barreiras geográficas históricas. A digitalização portuária e logística, impulsionada por investimentos europeus, pode transformar radicalmente a conectividade entre ambas as regiões e reduzir os custos de transação que hoje penalizam o comércio Sul-Sul.

No âmbito empresarial, as multilatinas — empresas latino-americanas com projeção global — começaram a consolidar sua presença na África em setores como energia, infraestrutura, mineração e serviços financeiros. Embraer, Vale, Odebrecht (em suas operações de construção) e empresas brasileiras do setor renovável operam ou já operaram no continente africano. Em sentido inverso, conglomerados africanos como o Grupo Dangote, na África, e a MTN Group, em telecomunicações, exploram oportunidades na ALC. Esses movimentos antecipam uma maior densificação do comércio triangular caso existam marcos institucionais e de financiamento adequados.



A CT pode atuar como catalisadora desses processos, facilitando o acesso a financiamento para projetos de risco compartilhado, a transferência tecnológica entre empresas dos três continentes, a ampliação de iniciativas piloto para modelos replicáveis e a construção de padrões comuns que deem segurança aos investimentos inter-regionais. Nesse sentido, o Triângulo é uma infraestrutura para a integração econômica.

POTENCIAL GEOPOLÍTICO: MULTILATERALISMO, DEMOCRACIA E GOVERNANÇA GLOBAL

A articulação entre Europa, África e AL tem um potencial geopolítico significativo no contexto de transição para uma ordem internacional multipolar. Além do peso em população, território e representação em organismos multilaterais, essas regiões compartilham agendas em temas-chave como a mudança climática, o desenvolvimento sustentável, a digitalização e o fortalecimento das instituições democráticas.

A democracia constitui um valor fundacional e um eixo articulador da relação triangular. O fortalecimento das instituições democráticas, a participação cidadã, a independência judicial e o Estado de direito são condições habilitadoras para uma cooperação sustentável, legítima e com impacto duradouro. As experiências de cooperação mais bem-sucedidas entre os três continentes foram aquelas em que os parceiros compartilham marcos normativos comuns, mecanismos de prestação de contas e culturas de transparência institucional. Nesse sentido, a promoção da democracia deve ser entendida como um compromisso coletivo de todos os atores do Triângulo.

A cooperação internacional, por sua vez, deve ser entendida como ferramenta de construção de capacidades, de vinculação com a Agenda 2030 e de promoção de normas globais mais equitativas. O papel da cooperação internacional é o de instrumento de política externa, de construção de alianças e de posicionamento nos fóruns multilaterais. Integrar essa dimensão na lógica do Triângulo implica reconhecer que cada iniciativa de cooperação é também um ato de construção de uma ordem internacional mais justa.

No âmbito da governança digital, a regulação da inteligência artificial, a proteção de dados e a soberania sobre as infraestruturas tecnológicas apresentam-se como novos espaços de cooperação de relevância estratégica.

A Europa, com sua liderança normativa (GDPR e a Lei de Inteligência Artificial), pode articular-se com África e AL para construir padrões compartilhados que equilibrem inovação e proteção de direitos. Esse processo pode dar lugar a um modelo de governança digital próprio do espaço atlântico, diferenciado tanto do modelo norte-americano centrado no mercado quanto do modelo chinês centrado no controle estatal.

A presença de lideranças ibero-americanas em posições estratégicas do sistema multilateral — como António Guterres na Secretaria-Geral da ONU e António Costa à frente do Conselho Europeu — oferece uma oportunidade concreta para alinhar agendas em torno de prioridades compartilhadas. Soma-se a isso o fato de que existe uma alta probabilidade de que a próxima Secretaria-Geral das Nações Unidas seja ocupada por uma liderança proveniente da África ou da AL, o que reforçaria o peso político de uma dessas regiões na agenda internacional.

Nesse cenário, o Triângulo pode posicionar-se como um bloco de equilíbrio na ordem multipolar, promovendo um multilateralismo inclusivo, com regras claras e orientado para resultados. Essa função de equilíbrio requer maior coordenação política, uma linguagem compartilhada e a vontade de atuar conjuntamente nos fóruns dos quais participam as três regiões.

INTERNACIONALIZAÇÃO EMPRESARIAL E MULTILATINAS

A internacionalização das multinacionais de origem latina (multilatinas) e o crescente interesse de empresas africanas na AL estão redefinindo as dinâmicas econômicas do Triângulo. Esse processo não se limita a setores tradicionais como mineração ou construção, mas expande-se para indústrias estratégicas vinculadas à TE, à digitalização e aos serviços financeiros inovadores.

As multilatinas aportam ao Triângulo uma combinação de capacidades técnicas, conhecimento de contextos de mercados emergentes e experiência em ambientes institucionais complexos que as torna especialmente aptas para operar em países africanos com características semelhantes às latino-americanas. Sua presença na África gerou valor econômico direto, como empregos, transferência tecnológica e integração em cadeias de valor locais, além de contribuir para construir redes de confiança e conhecimento mútuo entre as duas regiões do Sul.

No âmbito tecnológico, as startups africanas e latino-americanas estão começando a colaborar em soluções digitais para inclusão financeira, comércio eletrônico e serviços públicos. Plataformas de pagamento, ferramentas de gestão agrícola e soluções de saúde digital são campos nos quais as duas regiões enfrentam desafios semelhantes e podem desenvolver respostas complementares. A Europa, como mercado de referência normativa e fonte de financiamento de risco, pode atuar como catalisadora dessas alianças, facilitando a certificação, a ampliação e o acesso a mercados internacionais.

A CT pode contribuir para esses processos empresariais facilitando o acesso a financiamento por meio dos bancos de desenvolvimento, a transferência tecnológica estruturada e a ampliação de iniciativas empresariais que hoje operam de maneira fragmentada. A construção de plataformas empresariais birregionais, com participação de organizações como o African Business Council, o Conselho Empresarial Ibero-Americano e a BusinessEurope, pode conferir institucionalidade e continuidade a esses intercâmbios.

DIVERSIDADE CULTURAL COMO MOTOR ESTRATÉGICO

A diversidade cultural da África e da América Latina e Caribe não constitui apenas um ativo simbólico; é também um motor econômico e um fator de diferenciação estratégica na economia global do conhecimento. Em um contexto de crescente digitalização, as indústrias culturais e criativas estão adquirindo um papel central tanto na geração de valor econômico quanto na projeção de influência internacional.

A expansão global de conteúdos audiovisuais latino-americanos, como séries, documentários e produções musicais, e das plataformas de streaming demonstrou que a produção cultural da região possui uma demanda global que supera as fronteiras históricas dos mercados hispanofalantes. De maneira semelhante, a influência global de expressões culturais africanas na música, moda, arte visual e gastronomia acelerou-se na última década, gerando economias criativas em países como Nigéria, Senegal, África do Sul e Gana.

A língua constitui um vetor de articulação cultural de especial relevância. O espanhol e o português são línguas que atravessam os três continentes, criando pontes naturais entre comunidades que compartilham referências



históricas, literárias e culturais. A SEGIB e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) são instituições que podem apoiar essa dimensão, em coordenação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e outras organizações culturais de alcance inter-regional.

A Europa, com sua capacidade de financiamento por meio de programas como o Europa Criativa, sua rede de instituições culturais nos três continentes e sua experiência em gestão do patrimônio e da diversidade cultural, pode potencializar essa dimensão por meio de alianças que conectem criatividade, tecnologia e mercado. Nesse sentido, a cultura é uma de suas dimensões mais coesionadoras, capaz de construir a base social e simbólica de que toda aliança estratégica necessita para ser duradoura.

OPORTUNIDADES NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO ATUAL

A atual reconfiguração da ordem global abre uma janela estratégica para redefinir a relação entre AL, África e Europa. Um dos fatores mais determinantes dessa conjuntura é a redefinição do papel dos Estados Unidos na cooperação internacional. A redução de sua presença em instrumentos tradicionais de ajuda e seu questionamento aos esquemas multilaterais geraram um vazio relativo de liderança, particularmente na África e na AL. Esse espaço está sendo disputado por atores como China, UE e países do Golfo, o que reforça a necessidade de que o Triângulo atue não como receptor passivo, mas como articulador de uma agenda própria.

Nesse cenário, países como Portugal e Espanha podem desempenhar um papel-chave como articuladores políticos e diplomáticos, não apenas por sua posição geográfica, mas por seus vínculos históricos, linguísticos e econômicos com a AL e a África. Sua capacidade de traduzir prioridades regionais em políticas europeias concretas é central para evitar que a relação triangular fique limitada a declarações políticas sem implementação efetiva. Do mesmo modo, atores como o Brasil, em seu retorno a uma política externa mais ativa e multilateral, e Cabo Verde, como referência de estabilidade democrática e ponte atlântica, podem contribuir decisivamente para dinamizar a dimensão política do Triângulo.

Na próxima parte, ampliam-se os papéis dos atores relevantes no sistema internacional e apresentam-se exemplos de sua importância para potencializar o triângulo Europa, África e América Latina.

A SEGIB e seu papel no diálogo político, na cooperação regional e na projeção internacional

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) é o organismo internacional de apoio à cooperação entre os 22 países da Comunidade Ibero-Americana e ao acompanhamento dos acordos adotados nas Cúpulas Ibero-Americanas de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Seu trabalho concentra-se em fortalecer o diálogo político, impulsionar a cooperação regional e promover iniciativas conjuntas em áreas como coesão social, cultura, conhecimento e inovação. Nesse marco, atua como plataforma de articulação entre governos, instituições e sociedade civil, contribuindo para uma resposta coordenada frente a desafios comuns e para a projeção internacional da Comunidade Ibero-Americana.

A SEGIB atua como plataforma de apoio à Cooperação Ibero-Americana, um modelo de cooperação caracterizado por sua abordagem multidimensional, multiator e de governança flexível e horizontal. Nesse marco, destaca-se seu trabalho em matéria de Cooperação Sul-Sul e Triangular, que promove intercâmbios técnicos entre países em desenvolvimento e incorpora terceiros atores, como organismos internacionais e parceiros extrarregionais, com o objetivo de ampliar o alcance e o impacto das iniciativas.

Nesse contexto, o Programa Portugal-SEGIB de Cooperação Triangular com África e América Latina e Caribe constitui um exemplo representativo da projeção desse modelo para outras regiões. Baseado nos princípios de horizontalidade, corresponsabilidade e apropriação nacional, o programa impulsionou projetos em áreas como agroflorestas, digitalização de serviços públicos, formação em enfermagem e economia circular. Esse resultado reflete a crescente demanda por cooperação técnica no espaço ibero-americano e lusófono, assim como a relevância do modelo promovido pela SEGIB como complemento às abordagens tradicionais de cooperação para o desenvolvimento.

Parte III

Potencializar as capacidades: os atores

O objetivo desta seção é analisar o papel dos diferentes atores que podem contribuir para estruturar o futuro da relação triangular multilateral. A lógica multiator é a condição operativa de uma cooperação que pretenda ser legítima, sustentável e com impacto. Cada tipo de ator aporta recursos, capacidades e lógicas de ação diferenciadas e complementares, e somente sua articulação coerente pode dar ao Triângulo a densidade institucional de que necessita para consolidar-se como plataforma estratégica duradoura.

O PAPEL DOS GOVERNOS

Os governos nacionais constituem o principal vetor político da relação triangular entre Europa, América Latina e África. São os Estados que definem prioridades estratégicas, mobilizam recursos diplomáticos e financeiros e estabelecem os marcos normativos que permitem transformar a aproximação entre as três regiões em iniciativas concretas de cooperação, investimento e desenvolvimento. A consolidação da relação triangular depende, em grande medida, da existência de vontade política sustentada e da capacidade dos governos de traduzir o diálogo inter-regional em agendas de trabalho concretas e sustentáveis ao longo do tempo.

Entre os atores estatais, cabe destacar a interação constante de governos da Europa, AL e África, que atuam como pontes entre os três continentes. A estes somam-se os membros de organismos internacionais, que dotam a relação triangular de marcos institucionais de referência.

Como já foi mencionado, Portugal e Espanha desempenham um papel particularmente relevante por sua posição geoestratégica atlântica e seus vínculos históricos, culturais e linguísticos com a África e a AL. Sua capacidade de articular o espaço ibero-americano com o espaço lusófono confere-lhes uma posição única como plataforma de diálogo político e econômico entre os três continentes. A Espanha, por sua vez, aporta uma ampla experiência na projeção exterior em direção à AL, sustentada em uma densa rede diplomática, empresarial e de cooperação, e tem a capacidade de articular os interesses europeus em iniciativas de cooperação triangular orientadas para o desenvolvimento e a integração regional.

No continente africano, esse papel elementar é liderado pelos países que conformam a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade da África Oriental, e sua crescente abertura a esquemas de cooperação triangular. Marrocos, em particular, ocupa uma posição singular como ponte entre o mundo árabe, a África subsaariana, a Europa, assim como com a AL por meio de seus crescentes vínculos no espaço atlântico.

Na AL, por seu peso econômico e demográfico, é essencial a presença ativa dos governos no G20 e nos BRICS, e seus profundos vínculos históricos com a África e a Europa. Estes aportam capacidades institucionais em cooperação técnica, experiências em políticas públicas inovadoras e uma crescente projeção em direção ao continente africano. Alguns governos da região aportam, além disso, um significativo capital humano e uma

longa trajetória de diplomacia e cooperação no Sul Global, especialmente em saúde e educação, o que lhes permite desempenhar um papel de articulação técnica na construção de uma CT equilibrada.

As Agências de Cooperação Internacional são atores complementares dos governos, responsáveis por traduzir as prioridades políticas em estratégias operativas. No âmbito europeu, agências como a AECID, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ, por sua sigla em alemão) e o Instituto Camões incorporaram a CT como instrumento explícito de sua ação exterior. Na AL, agências como a Agência Brasileira de Cooperação, a AGCID do Chile e a APC-Colômbia consolidaram-se como ofertantes de cooperação técnica em esquemas Sul-Sul e triangulares. Na África, os mecanismos vinculados à UA começaram a desempenhar um papel mais ativo na definição de prioridades próprias e na articulação de associações inter-regionais.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A relação triangular entre Europa, América Latina e África não se desenvolveu de maneira homogênea. Enquanto o eixo Europa-África experimentou avanços significativos em termos de institucionalização e projeção estratégica, a relação entre AL e África caracteriza-se por uma menor densidade de vínculos diplomáticos e pela ausência de estratégias nacionais sistemáticas orientadas para fortalecer a aproximação entre ambas as regiões. Essa assimetria limita o pleno desenvolvimento do potencial triangular e evidencia a necessidade de um maior protagonismo das organizações internacionais como espaços de coordenação e convergência de agendas.

A UE, a UA, a SEGIB, a CPLP e a OEACP são as instituições chamadas a liderar esse processo, tanto na promoção de iniciativas conjuntas quanto no alinhamento de estratégias regionais e na facilitação de acordos entre blocos e países. Uma ativação mais coordenada desses atores permitiria avançar em direção a uma relação triangular mais estruturada, visível e eficaz, com base na complementaridade institucional e em uma visão compartilhada de desenvolvimento inter-regional.

O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento merece uma menção especial dado seu caráter determinante na concretização das agendas inter-regionais. O BEI, a CAF, o BID e o BAfD encontram-se em uma posição privilegiada para atuar como parceiros estratégicos em iniciativas

triangulares que combinem financiamento, conhecimento técnico e alinhamento com as prioridades regionais. O fortalecimento da cooperação entre essas instituições é fundamental para maximizar a mobilização de recursos, evitar sobreposições e aumentar o impacto dos projetos conjuntos, em particular em infraestruturas sustentáveis, TE, digitalização e desenvolvimento produtivo.

O PAPEL ESTRATÉGICO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO TRIÂNGULO:

Provisão de recursos financeiros, garantias e instrumentos de mitigação de risco para projetos conjuntos. Assistência técnica e fortalecimento de capacidades institucionais nos três continentes. Financiamento de infraestruturas sustentáveis, transição energética e digitalização. Mobilização de investimento privado mediante estruturas de risco compartilhado e blended finance. Coordenação entre bancos para evitar sobreposições e maximizar o impacto coletivo. Desenvolvimento de instrumentos inovadores como as trocas de dívida por natureza, os bônus verdes e os bônus de biodiversidade.

O fortalecimento das relações por meio do financiamento ao desenvolvimento é um dos pilares mais concretos para a consolidação do Triângulo. Sem uma arquitetura financeira adequada que acompanhe as ambições políticas, a relação triangular corre o risco de permanecer no âmbito das declarações de intenção sem se traduzir em projetos com impacto real. Os bancos de desenvolvimento são a ponte indispensável entre a visão estratégica e a implementação efetiva.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

As organizações empresariais constituem outro ator-chave na consolidação do Triângulo Estratégico entre Europa, América Latina e África, ao aportar uma dimensão econômica e operativa fundamental às dinâmicas de cooperação inter-regional. Por sua própria natureza, contribuem para a identificação de oportunidades de investimento, para a criação de sinergias produtivas e para a difusão de práticas compartilhadas em matéria de competitividade, inovação e emprego. Sua participação permite estabelecer uma ponte entre a diplomacia intergovernamental e a implementação efetiva no terreno, aportando escala, previsibilidade e sustentabilidade econômica às prioridades triangulares.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) reconhecem-se mutuamente como observadores em suas respectivas organizações. Esse status institucionaliza a vontade política de estreitar os vínculos entre o espaço ibero-americano e o lusófono, com uma agenda centrada na língua, cultura, coesão social e cooperação horizontal. A pertença simultânea de Portugal e Brasil aos dois sistemas atua como ponte natural e reforça a base sobre a qual se constrói essa relação birregional.

Ambas as organizações compartilham uma visão da cooperação fundada na horizontalidade, solidariedade e fortalecimento de capacidades públicas, o que facilita a articulação de experiências entre seus respectivos âmbitos. Um exemplo concreto desse potencial é o curso Yo sé de género, traduzido para o português e disponibilizado aos países membros da CPLP por meio de uma iniciativa conjunta de ambas as organizações, com o apoio da ONU Mulheres e da AECID. O programa, dirigido a funcionárias e funcionários públicos, busca fortalecer as capacidades institucionais para integrar a perspectiva de gênero nas políticas públicas e promover a liderança feminina nos espaços de decisão, ilustrando como a colaboração SEGIB-CPLP pode traduzir-se em resultados concretos a serviço de seus países membros.

Entre os atores com capacidade para atuar como âncoras regionais do Triângulo Estratégico destacam-se o African Business Council — plataforma continental de representação do setor privado africano em diálogo com a UA —, o Conselho Empresarial Ibero-Americano — com vocação de interlocução permanente com governos e instituições do espaço ibero-americano — e a BusinessEurope — como representante das federações empresariais europeias com capacidade de incidência nas agendas econômicas externas da UE —. A articulação dessas três plataformas em torno do Triângulo pode gerar um espaço de diálogo empresarial inter-regional sem precedentes.

A participação empresarial no Triângulo deve transcender o plano declarativo para assumir funções concretas: contribuir para a identificação e preparação sistemática de projetos de cooperação, analisar necessidades e oportunidades setoriais, identificar barreiras operativas e estruturar iniciativas com viabilidade financeira e potencial de ampliação. Da mesma forma, as organizações empresariais podem apoiar a convergência gradual de padrões e regulações, melhorando a previsibilidade para o investimento inter-regional, especialmente em setores estratégicos como energia, digitalização e sustentabilidade.

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL: UNIVERSIDADES, THINK TANKS E ONGS

A sociedade civil é chamada a evoluir de um papel predominantemente operativo para uma participação mais ativa nos processos de formulação, deliberação e acompanhamento das políticas públicas, em consonância com um paradigma multiator cada vez mais consolidado na cooperação internacional. Essa abordagem permite recuperar e fortalecer a dimensão social, cultural e cidadã da relação triangular, complementando as dinâmicas intergovernamentais e conferindo legitimidade à aliança perante a cidadania dos três continentes.

AS UNIVERSIDADES E O CONHECIMENTO APLICADO

As universidades situam-se no núcleo da produção de conhecimento, da formação de capital humano e da geração de inovação conceitual e aplicada. Seu papel no Triângulo é multidimensional: formam os quadros técnicos e políticos que implementarão as agendas inter-regionais, produzem a pesquisa que sustenta as políticas públicas e geram os espaços de diálogo interdisciplinar necessários para abordar os desafios complexos da cooperação global.

Instituições como a Universidade de Oxford, Sciences Po, a Universidade de Barcelona, o Instituto Universitário Europeu ou a London School of Economics, na Europa; a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), a Universidade dos Andes ou a Universidade do Chile, na América Latina e Caribe; e a Universidade da Cidade do Cabo, a Universidade de Makerere, a Universidade Mohammed V de Rabat ou a Universidade de Lagos, na África, representam nós de conhecimento com projeção global que podem articular-se em redes de pesquisa e formação especificamente orientadas para o Triângulo.



O fortalecimento da mobilidade acadêmica Sul-Sul-Norte, a cooperação científica em áreas prioritárias como a TE, a saúde global ou a governança digital, e a centralidade do espaço hispanofalante e lusófono como infraestrutura linguística para a circulação do conhecimento são vetores concretos de ação universitária no marco do Triângulo. As universidades devem ser entendidas como interfaces entre juventude, inovação e transformação estrutural.

OS *THINK TANKS* E A ANÁLISE ESTRATÉGICA

Os centros de pensamento consolidaram-se como atores de crescente influência no cenário internacional, marcado por uma elevada complexidade geopolítica e uma demanda crescente por análise estratégica de qualidade. Sua capacidade de gerar conhecimento aplicado, antecipar tendências e traduzir análises técnicas em recomendações de políticas públicas os posiciona como intermediários-chave entre a reflexão acadêmica, a tomada de decisões e o debate público.

Instituições como o ECFR, o Bruegel Institute, o Real Instituto Elcano, na Europa; o CEBRI, no Brasil, a Fundação Caribe, na Colômbia, ou o CIDE, no México, na América Latina; e o SAIIA ou o ISS, na África, desempenham um papel destacado na interpretação dos desafios regionais e na articulação de respostas de políticas públicas. A própria experiência dos ETE organizados pelo IPDAL, que reúnem acadêmicos, responsáveis políticos, representantes de organismos multilaterais e especialistas, evidencia o valor dos *think tanks* como plataformas de diálogo estruturado e de articulação entre diferentes comunidades de prática.

AS ONGS: IMPLEMENTAÇÃO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO MULTIATOR

As organizações não governamentais constituem um ator de importância estratégica para traduzir a relação triangular entre Europa, América Latina e África em resultados concretos no terreno. Seu valor diferencial reside em sua capacidade de conectar agendas globais com implementação local, aportando conhecimento territorial, legitimidade social e flexibilidade operativa em contextos nos quais outros atores têm uma capacidade de alcance mais limitada.

As ONGs intervêm no Triângulo a partir de múltiplas dimensões complementares. No plano da implementação, desenvolvem e executam projetos de diversa natureza — social, ambiental, turística e cooperativa — em uma ou mais das três regiões (Europa, África ou AL), articulando a participação de redes provenientes das outras duas. Exemplos como a Oxfam International evidenciam essa abordagem ao impulsionar iniciativas na Amazônia e na Bacia do Congo, nas quais se combinam financiamento europeu e participação comunitária, facilitando a transferência de soluções entre territórios com características semelhantes. Da mesma forma, Médicos Sem Fronteiras desenvolve intervenções na África e na AL que integram a atenção em saúde com o fortalecimento de capacidades locais em contextos de alta vulnerabilidade.

No âmbito da defesa de direitos, as ONGs desempenham um papel insubstituível como vozes críticas que assinalam quando os acordos e projetos de cooperação reproduzem lógicas de exclusão, impactos ambientais negativos ou violações dos direitos das comunidades locais. Essa função de vigilância e denúncia é tão importante para a legitimidade do Triângulo quanto a função de implementação.

As ONGs contribuem, além disso, para a construção de uma cidadania global, promovendo uma maior compreensão pública das agendas multilaterais e ampliando os espaços de diálogo entre governos, organizações internacionais, setor privado e atores não estatais. Seu trabalho em educação para o desenvolvimento, sensibilização e mobilização cidadã é fundamental para construir o apoio social de que necessita qualquer aliança estratégica de longo prazo.

A integração mais sistemática das ONGs no Triângulo, por meio de redes inter-regionais da sociedade civil, plataformas de intercâmbio de experiências e uma maior coordenação com os demais atores, é fundamental para reduzir a lacuna entre estratégia e implementação e para consolidar uma cooperação mais efetiva, inclusiva e orientada para resultados. Sua incorporação formal nos mecanismos de consulta e acompanhamento do Triângulo é uma condição de legitimidade.



No âmbito internacional operam diversas ONGs que cumprem um papel articulador entre as três regiões: Oxfam Intermón, Ajuda em Ação e Ação contra a Fome, focadas em desenvolvimento, ação humanitária e segurança alimentar; assim como Médicos Sem Fronteiras, com intervenções médicas em contextos de crise. No âmbito dos direitos humanos e da proteção infantil destacam-se Save the Children, Aldeias Infantis SOS e Amnistia Internacional. Da mesma forma, organizações como Fundação Global África Latina, Fundação Promoção Social e SAUCE ONG reforçam a cooperação inter-regional, enquanto a WWF Internacional impulsiona iniciativas ambientais de alcance global.

Parte IV

A mudança climática e a transição energética como exemplo de cooperação estratégica trilateral

A mudança climática e a transição energética (TE) constituem os desafios globais mais urgentes da nossa era e configuram o campo de ação no qual a coordenação entre as três regiões é mais evidente e urgente. Nenhuma região pode enfrentar esses desafios de forma isolada: nem em termos de recursos, nem de capacidades tecnológicas, nem de influência política nos fóruns em que se decidem as regras globais do clima e da energia. Nesse sentido, ambos os processos apresentam-se como um exemplo claro do potencial de ação que o Triângulo Europa-África-América Latina pode gerar para enfrentar os desafios globais, ao articular respostas coletivas baseadas na complementaridade e na corresponsabilidade.

A MUDANÇA CLIMÁTICA COMO DESAFIO ESTRUTURAL COMPARTILHADO

A mudança climática afeta as três partes do Triângulo de maneira diferenciada, porém interconectada. A África é o continente que enfrenta os impactos mais severos apesar de ter contribuído historicamente menos para as emissões globais: secas prolongadas, deslocamentos populacionais, perda de colheitas e degradação de ecossistemas costeiros ameaçam a segurança alimentar e a estabilidade política de dezenas de países. A AL enfrenta ameaças igualmente graves, desde o derretimento das geleiras andinas, que compromete o abastecimento de água potável para milhões de pessoas, até a intensificação dos fenômenos climáticos extremos e a degradação dos ecossistemas florestais tropicais. A Europa, por sua vez, enfrenta ondas de calor, inundações e secas que já estão impactando sua agricultura, suas infraestruturas e seus sistemas de saúde. A isso somam-se os efeitos da interação entre as mudanças demográficas e a mudança climática, que agravam ainda mais esses desafios.

Essa vulnerabilidade compartilhada cria uma base objetiva para a ação coletiva. Os países do Triângulo têm interesse em fortalecer posições conjuntas nas negociações climáticas globais, em particular na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A coordenação de posições nessas negociações pode ampliar a voz de cada região individualmente e contribuir para acordos mais ambiciosos e mais justos em matéria de redução de emissões, financiamento climático e transferência tecnológica.

A proteção dos grandes ecossistemas de carbono é um dos campos mais concretos da cooperação climática triangular. A Amazônia, que contém 10% da biodiversidade terrestre do planeta e armazena o equivalente a décadas de emissões globais de carbono, é um bem público global cuja proteção não pode ser responsabilidade exclusiva dos países latino-americanos. Da mesma forma, a Bacia do Congo, a segunda maior floresta tropical do mundo, requer financiamento e apoio técnico internacional para preservar sua integridade. A articulação de fundos climáticos multilaterais, como o Fundo Verde para o Clima, o Fundo de Adaptação ou iniciativas bilaterais, em torno de uma lógica triangular pode gerar maior volume de recursos e maior eficiência em sua distribuição.

Os instrumentos inovadores de financiamento climático merecem uma atenção especial. As trocas de dívida por natureza — mecanismos pelos

quais um país devedor reduz sua dívida externa em troca de compromissos de conservação ambiental — demonstraram sua viabilidade em casos como o do Equador com as Ilhas Galápagos, o de Belize com seus recifes de coral ou o de Cabo Verde com seus ecossistemas marinhos. Sua ampliação sob uma lógica triangular, com a participação dos bancos de desenvolvimento como credores ou garantidores, poderia mobilizar recursos significativos para a conservação. Da mesma forma, os bônus verdes, os bônus de biodiversidade e os mecanismos de compensação de carbono de alta integridade podem ser instrumentos de CT se forem desenhados com padrões comuns e marcos de governança compartilhados.

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO OPORTUNIDADE DE RECONFIGURAÇÃO

A transição para sistemas energéticos descarbonizados é, simultaneamente, uma necessidade climática e uma oportunidade de reconfiguração econômica sem precedentes. Para os países da África e da AL, a TE é uma janela de oportunidade para avançar na industrialização, diversificação produtiva e fortalecimento da soberania energética, desde que sejam desenhados marcos de cooperação que evitem a reprodução de padrões extrativistas.

O hidrogênio verde representa talvez a aposta mais transformadora da cooperação energética triangular. Produzido por meio da eletrólise da água com energia renovável, o hidrogênio verde pode converter-se no vetor energético-chave para descarbonizar setores industriais de difícil eletrificação direta, como a siderurgia, a indústria química ou o transporte marítimo e aéreo. O Chile, com seu imenso potencial eólico e solar na Patagônia e no deserto do Atacama, já está avançando em projetos pioneiros com parceiros europeus. Namíbia e Marrocos têm condições naturais igualmente excepcionais e assinaram acordos de cooperação com países europeus para desenvolver esse setor. Uma CT estruturada poderia acelerar esses processos, facilitar a transferência tecnológica, estabelecer padrões comuns de certificação e garantir que os benefícios sejam distribuídos equitativamente entre produtores e consumidores.

A energia solar fotovoltaica e a energia eólica são vetores adicionais de cooperação. A África subsaariana possui recursos solares entre os mais ricos do mundo, mas continua sendo o continente com menor acesso à eletricidade: mais de 600 milhões de pessoas carecem de acesso confiável à energia elétrica. A AL, por sua vez, possui uma das matrizes elétricas



mais renováveis do mundo, com participação majoritária da hidreletricidade, da energia eólica e da solar. A cooperação entre ambas as regiões, com apoio técnico e financeiro europeu, pode acelerar a implantação de infraestruturas energéticas renováveis na África, aproveitando a experiência latino-americana em gestão de redes elétricas com alta penetração de renováveis.

Os materiais críticos para a TE — lítio, cobalto, manganês, nióbio, grafite — estão concentrados na África e na AL, o que coloca ambos os continentes no centro da geopolítica energética global. A Europa, cuja indústria manufatureira de veículos elétricos, turbinas eólicas e painéis solares depende desses materiais, tem um interesse estratégico evidente em assegurar o acesso a essas cadeias de suprimento. No entanto, a forma como esse acesso for estruturado determinará se a TE reproduz ou supera padrões de gestão de recursos do passado com impactos socioambientais negativos. A CT pode ser o marco para desenhar relações de cadeia de valor que incluam a transformação local dos minerais, a criação de empregos nos países produtores e o estabelecimento de padrões sociais e ambientais exigentes.

A Aliança Solar Internacional, o Plano de Investimentos Global Gateway da UE e as iniciativas da UA para o desenvolvimento energético do continente africano são plataformas já existentes que podem ser articuladas

sob a lógica do Triângulo para gerar sinergias e evitar duplicações. A chave estará em passar da assinatura de acordos para a implementação de projetos concretos, com cronogramas, responsabilidades e mecanismos de financiamento claramente definidos.

A TE implica um processo de descarbonização que requer acesso a tecnologias, transferência de conhecimento e financiamento para a reconversão de indústrias. Da mesma forma, demanda apoio a trabalhadores e comunidades afetadas, no marco de uma TE justa. Nesse contexto, a CT pode contribuir de múltiplas maneiras: articulando fundos de transição que combinem recursos europeus, africanos e latino-americanos; desenvolvendo programas de formação técnica em energias renováveis que gerem empregos locais; apoiando comunidades indígenas e rurais; e fortalecendo a cadeia de valor da TE.



As edições do Encontro Triângulo Estratégico (ETE)

2012-2015 I a IV Edição: Construção conceitual da relação triangular. Temas dominantes: logística, financiamento às empresas, obras públicas, energia e meio ambiente, novas tecnologias, educação e pesquisa e cooperação institucional.

2016-2019 V a VIII Edição: Dimensão estratégica e geopolítica. A agenda incorporou economia do mar, governança do Atlântico, financiamento de infraestruturas, cooperação multilateral, mobilidade acadêmica e desenvolvimento sustentável.

2020-2025 IX a XIV Edição: Desafios da ordem internacional contemporânea: TE, digitalização, segurança e defesa, educação cívica, participação democrática e reforma do multilateralismo. Essa evolução reflete o deslocamento do ETE de um fórum de exploração de oportunidades econômicas para uma plataforma de reflexão estratégica sobre governança global.

Parte V

Um impulso para a ação

A atual reconfiguração da ordem internacional exige avançar do diagnóstico para a implementação. O sucesso do Triângulo Europa-África-América Latina não depende da criação de novas estruturas institucionais, mas de ativar capacidades existentes, conectar atores complementares e ampliar iniciativas concretas que hoje operam de maneira fragmentada. O principal gargalo identificado não é a falta de vontade política nem de capacidades técnicas, mas o déficit de conhecimento mútuo e de coordenação entre atores que já estão comprometidos com agendas convergentes.

O Triângulo poderia evoluir para uma plataforma de ação multiator na qual cada tipo de ator assuma um papel claro e diferenciado: a direção estratégica por parte dos governos; o financiamento e os instrumentos de gestão de risco a cargo dos bancos de desenvolvimento; a implementação territorial com participação da sociedade civil; a geração de conhecimento a partir de universidades e *think tanks*; e a conexão de agendas por meio de organizações internacionais. Somente uma coordenação coerente dessas contribuições pode gerar o impacto que requer a magnitude dos desafios globais compartilhados.

TABELA 1: PROPOSTAS E ATORES-CHAVE

ÁREA DE AÇÃO	PROPOSTAS	ATORES-CHAVE
Identificação de áreas prioritárias de cooperação	Mapeamento de setores com alto potencial de complementariedade econômica, tecnológica e ambiental entre as três regiões. Promoção de iniciativas conjuntas em transição energética, digitalização, agroindústria sustentável e fortalecimento institucional. Desenvolvimento de cadeias de valor inter-regionais com transferência tecnológica e valor compartilhado.	• Governos do Triângulo • Organizações internacionais • Agências de Cooperação Internacional.
Fortalecimento através do financiamento ao desenvolvimento	Coordenação entre diferentes atores para projetos climáticos e energéticos. Instrumentos inovadores: <i>blended finance</i> , reestruturação de dívida por natureza, bonos verdes. Apoio a p&mes africanas e latino-americanas em setores estratégicos.	• Governos do Triângulo • Organizações internacionais • Agências de Cooperação Internacional.
Cooperação climática e transição energética	Alianças em hidrogênio verde (Chile, Marrocos, Namíbia). Proteção de ecossistemas (Amazônia, Bacia do Congo). Cadeias de materiais críticos com industrialização local. Padrões comuns de sustentabilidade na cadeia de valor energética.	• Governos do Triângulo • Organizações internacionais • Agências de Cooperação Internacional. • ONGs do Triângulo
Reforço do conhecimento mútuo	Instrumentos de análise conjuntos para identificar interesses convergentes e lacunas de percepção. Circulação de informação estratégica entre responsáveis políticos, academia e setor privado. Intercâmbio de boas práticas e identificação de modelos replicáveis.	• IPDAL • SEGIB • Universidades • ONGs do Triângulo
Redes entre atores estratégicos	Vínculos entre instituições públicas, <i>think tanks</i> , universidades, empresas e organizações internacionais. Participação cruzada em foros inter-regionais como o ETE. Plataformas empresariais birregionais com participação formal dos três continentes.	• Todos os atores
Cooperação Sul-Sul horizontal e democracia	Modalidades de cooperação que superem o modelo doador-receptor. Fortalecimento de instituições democráticas e Estado de direito. Mobilidade acadêmica Sul-Sul-Norte. Participação de ONGs em desenho e acompanhamento de projetos.	• Governos do Triângulo • Organizações internacionais • Agências de Cooperação Internacional.
Consolidação do Triângulo como plataforma de diálogo	Reforço do ETE como espaço estruturante com participação de novos atores. Coordenação de posições em foros globais (G20, ONU, cúpulas climáticas). Agenda futura sustentável com base em interesses compartilhados e mecanismos formais de seguimento.	• IPDAL • SEGIB • Governos do Triângulo • Organizações Internacionais • Agências de Cooperação Internacional.

Conclusão

A articulação entre Europa, África e América Latina não é apenas uma oportunidade geopolítica: é uma necessidade estratégica imperativa para construir uma ordem internacional mais equitativa, sustentável e democrática. O Triângulo possui os ativos fundamentais — recursos, capacidades, instituições e vontade política — para converter-se em uma plataforma de referência no multilateralismo do século XXI.

A chave estará na capacidade dos atores de traduzir temas comuns em ações concretas, sob princípios de horizontalidade, corresponsabilidade e benefício mútuo. A CT rompe o modelo clássico doador-receptor e abre caminho para uma cocriação genuína de soluções adaptadas ao contexto de cada região. Em coerência com a Agenda 2030, o intercâmbio horizontal de conhecimento entre as três regiões é em si mesmo um resultado que fortalece a soberania, a capacidade institucional e o respeito aos direitos das pessoas.

Notas e referências

INSTITUCIONES ORGANIZADORAS Y DOCUMENTOS PROPIOS

- Instituto para la Promoción de América Latina y el Caribe (IPDAL). (2017). *VI Encontro Triângulo Estratégico: Policy Paper*. IPDAL.
<https://www.ipdal.eu/encuentro-triangulo-estrategico/>
- Instituto para a Promoção de América Latina e o Caribe (IPDAL). (2024). *XIII Encontro Triângulo Estratégico: Policy Paper*. IPDAL.
<https://www.ipdal.eu/encuentro-triangulo-estrategico/>
- Instituto para a Promoção de América Latina e o Caribe (IPDAL). (2025). *XIV Encontro Triângulo Estratégico: Policy Paper*. IPDAL.
<https://www.ipdal.eu/encuentro-triangulo-estrategico/>
- Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB). (2024). *Programa Portugal-SEGIB de Cooperação Triangular com África e América Latina: Primeira convocatória*. SEGIB.
<https://www.segib.org/cooperacion-triangular/>
- Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB). (2023). *Relatório da cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2023*. SEGIB.
<https://www.segib.org/informe-de-la-cooperacion-sur-sur-en-iberoamerica-2023/>

UNIÃO EUROPEIA: DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICA EXTERIOR

- Comissão Europeia. (2021). *Global Gateway: A estratégia de conectividade europeia*. Comissão Europeia.
https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_es
- Comissão Europeia. (2022). *EU-Africa: A partnership for sustainable investment and jobs*. Comissão Europeia.
https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_1022
- Comissão Europeia. (2023). *Cúpula UE-CELAC 2023: Declaração de Bruxelas*. Comissão Europeia.
<https://www.consilium.europa.eu/es/meetings/international-summit/2023/07/17-18/>
- Comissão Europeia. (2025). *EU-African Union Summit, Luanda 2025: Joint Communiqué*. Comissão Europeia.
<https://www.consilium.europa.eu/es/>
- Parlamento Europeu. (2024). *Regulamento (UE) sobre inteligência artificial (AI Act)*. EUR-Lex.
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX%3A32024R1689>
- União Europeia. (2018). *Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) – Regulamento (UE) 2016/679*. EUR-Lex.
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>

UNIÃO AFRICANA E ORGANISMOS REGIONAIS AFRICANOS

- African Union. (2015). *Agenda 2063: The Africa We Want – Framework Document*. African Union Commission. <https://au.int/en/agenda2063/overview>
- African Union. (2022). *Africa Renewable Energy Initiative (AREI): Progress Report*. African Union Commission. <https://au-arei.org/>
- African Development Bank (AfDB). (2023). *Desert to Power: Unlocking the Solar Potential of the Sahel*. AfDB. <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/desert-to-power>
- African Development Bank (AfDB). (2024). *African Economic Outlook 2024*. AfDB. <https://www.afdb.org/en/knowledge/publications/african-economic-outlook>
- Organisation of African, Caribbean and Pacific States (OEACP). (2021). *Georgetown Agreement Revised: Partnership Agreement*. OEACP. <https://www.oacps.org/>

COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR

- Nações Unidas – Oficina de Cooperación Sur-Sur (UNOSSC). (2023). *Buenos Aires Plan of Action +40: State of South-South and Triangular Cooperation*. UNOSSC. <https://www.unsouthsouth.org/>
- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE). (2023). *Triangular Co-operation in the Era of the 2030 Agenda*. OECD Publishing. <https://www.oecd.org/dac/triangular-co-operation.htm>
- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). (2023). *Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2022-2025*. AECID. <https://www.aecid.es/es/plan-director>
- GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit. (2023). *Triangular Cooperation: Concepts and practices*. GIZ. <https://www.giz.de/en/worldwide/14205.html>
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). (2023). *Estratégia de Cooperação da CPLP 2021-2026*. CPLP. <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>

MUDANÇA CLIMÁTICA, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

- Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC). (2023). *AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023*. IPCC. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>
- Nações Unidas. (2015). *Acordo de Paris – CMNUCC*. UNFCCC. https://unfccc.int/sites/default/files/spanish_paris_agreement.pdf
- Nações Unidas. (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/development-agenda/>
- Banco Europeu de Investimentos (BEI). (2023). *EIB Climate Action and Environmental Sustainability Report 2023*. BEI. <https://www.eib.org/es/publications/20230060-eib-climate-action-and-environmental-sustainability>
- Banco de Desenvolvimento de América Latina (CAF). (2023). *Perspectivas econômicas de América Latina 2023: Reinventando o desenvolvimento sustentável*. CAF. <https://www.caf.com/es/conocimiento/perspectivas/perspectivas-economicas-de-america-latina/>

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (2023). *Transição energética na América Latina e o Caribe: Diagnóstico e oportunidades*. BID.
<https://publications.iadb.org/>
- Fundo Verde para o Clima. (2023). *Annual Report 2023*. GCF.
<https://www.greenclimate.fund/publications/annual-report-2023>
- Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). (2023). *World Energy Transitions Outlook 2023: 1.5°C Pathway*. IRENA.
<https://www.irena.org/Digital-Report/World-Energy-Transitions-Outlook-2023>
- Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). (2022). *Green Hydrogen for Developing Countries*. IRENA.
<https://www.irena.org/publications/2022/Nov/Green-Hydrogen-for-Developing-Countries>
- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (2023). *Panorama social de América Latina e o Caribe 2023: A desigualdade no centro*. CEPAL.
<https://www.cepal.org/es/publicaciones/panorama-social-america-latina-caribe>

GEOPOLÍTICA, MULTILATERALISMO E GOVERNANÇA GLOBAL

- European Council on Foreign Relations (ECFR). (2023). *Europe's strategic autonomy in a multipolar world*. ECFR.
<https://ecfr.eu/publication/europes-strategic-autonomy-in-a-multipolar-world/>
- South African Institute of International Affairs (SAIIA). (2023). *Africa in the Emerging Global Order: Opportunities and Constraints*. SAIIA.
<https://saiia.org.za/>
- Bruegel Institute. (2023). *EU trade and investment policy in a fragmenting world*. Bruegel.
<https://www.bruegel.org/>
- Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). (2023). *Brazil and the Global South: New multilateral agendas*. CEBRI.
<https://cebri.org/>
- Nações Unidas. (2023). *Our Common Agenda: Relatório do Secretário-Geral sobre o multilateralismo*. ONU.
<https://www.un.org/en/common-agenda>

COMÉRCIO, MATERIAIS CRÍTICOS E INTERNACIONALIZAÇÃO EMPRESARIAL

- Comissão Europeia. (2023). *European Critical Raw Materials Act*. EUR-Lex.
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52023PC0160>
- Organização Mundial do Comércio (OMC). (2023). *World Trade Report 2023: Re-globalization for a Secure, Inclusive and Sustainable Future*. WTO.
https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/world_trade_report23_e.htm
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2023). *World Investment Report 2023: Investing in Sustainable Energy for All*. UNCTAD.
<https://unctad.org/publication/world-investment-report-2023>
- CEPAL. (2022). *O investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe 2022*. CEPAL
<https://www.cepal.org/es/publicaciones/la-inversion-extranjera-directa-en-america-latina-y-el-caribe-2022>
- Alianza Solar Internacional. (2023). *ISA Annual Report 2023. International Solar Alliance*.
<https://isolaralliance.org/>

COOPERAÇÃO CULTURAL, LÍNGUA E ECONOMIA CRIATIVA

- Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). (2023). *Ibero-América 2030: Metas educativas e culturais*. OEI.
<https://oei.int/>
- Comissão Europeia. (2023). *Creative Europe Programme 2021-2027*. Comissão Europeia.
<https://culture.ec.europa.eu/creative-europe>
- UNESCO. (2022). *Re-shaping Policies for Creativity: Addressing Culture as a Global Public Good*. UNESCO.
<https://www.unesco.org/creativity/en/reshaping-policies-for-creativity>

FINANCIAMENTO INOVADOR, DÍVIDA E ARQUITETURA FINANCEIRA

- Fundo Monetário Internacional (FMI). (2023). *Debt-for-Nature Swaps: Opportunities and Challenges*. IMF.
<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/07/17/Debt-for-Nature-Swaps>
- Nações Unidas — Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento. (2023). *Relatório sobre o financiamento do desenvolvimento sustentável 2023*. ONU.
<https://developmentfinance.un.org/fsdr2023>
- Banco Mundial. (2023). *World Development Report 2023: Migrants, Refugees, and Societies*. World Bank.
<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2023>

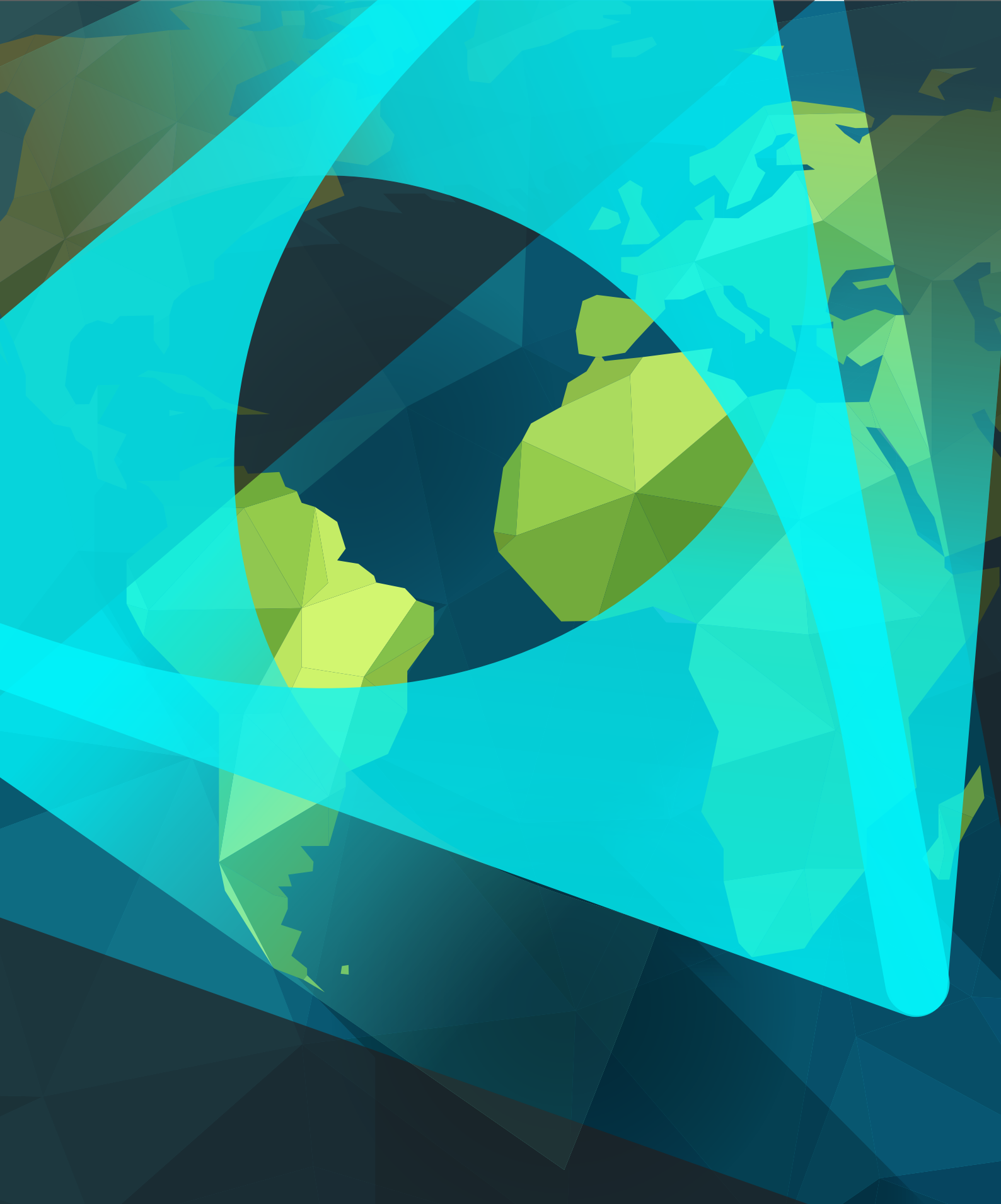
DEMOCRACIA, GOVERNANÇA DIGITAL E DIREITOS HUMANOS

- Freedom House. (2024). *Freedom in the World 2024: The Mounting Damage of Flawed Elections and Armed Conflict*. Freedom House.
<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2024/mounting-damage-flawed-elections-and-armed-conflict>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2023). *Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2023/2024: Romper a rua sem saída*. PNUD.
<https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>
- OCDE. (2023). *Measuring the Digital Transformation: A Roadmap for the Future*. OECD Publishing.
<https://www.oecd.org/publications/measuring-the-digital-transformation-9789264311992-en.htm>

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA INSTITUCIONAL DE ATORES MENCIONADOS

- Banco Europeu de Investimentos (BEI). (s.f.). Site institucional. BEI.
<https://www.eib.org/es>
- Banco Africano de Desarrollo (BAfD). (s.f.). Site institucional. AfDB.
<https://www.afdb.org/es>
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). (s.f.). Site institucional. CAF.
<https://www.caf.com>
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (s.f.). Site institucional. BID.
<https://www.iadb.org/es>
- Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB). (s.f.). Site institucional. SEGIB.
<https://www.segib.org>

- Instituto para a Promoção da América Latina e o Caribe (IPDAL). (s.f.). Site institucional.. IPDAL.
<https://www.ipdal.eu>
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). (s.f.). Site institucional.. CPLP.
<https://www.cplp.org>
- Organização de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (OEACP). (s.f.). Site institucional. OEACP.
<https://www.oacps.org>
- Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). (s.f.). Site institucional. OEI.
<https://oei.int>
- Alianza Solar Internacional. (s.f.). Site institucional. ISA.
<https://isolaralliance.org>
- BusinessEurope. (s.f.). Site institucional. BusinessEurope.
<https://www.busesseurope.eu>



IPDAL20^{anos}
UMA PONTE ENTRE
CONTINENTES



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana